

O Historiador às Vésperas do Terceiro Milênio* "

José Murilo de Carvalho

Introdução.

Pareceu-me mais adequado nesta aula inaugural que serve, ao mesmo tempo, para abrir o ano letivo e me apresentar formalmente aos colegas, ao corpo discente e aos funcionários deste Instituto, não lhes trazer um texto que comunicasse resultados de pesquisas, mas dividir com todos algumas idéias sobre a natureza do ensino e da escrita da história neste final de milênio. Idéias, confesso desde logo, permeadas de preocupações e angústias diante das incertezas e dos perigos desse momento a um tempo excitante e temeroso. Peço aos colegas e alunos dos cursos de ciências sociais e filosofia que me desculpem por limitar minhas reflexões à história. Os que me conhecem sabem que a ortodoxia disciplinar não está entre minhas preocupações centrais. Mas a questão que me coloquei já é suficientemente complexa para que a complique ainda mais ampliando o leque das áreas de conhecimento envolvidas.

Dividirei a aula em três partes. Na primeira passarei em rápida revista algumas das mudanças em curso neste final de século que considero mais relevantes para o tema que me ocupa; na segunda apontarei, também de maneira sumária, algumas transformações já verificadas na maneira de se escrever história; na última trarei a reflexão sobre as mudanças apontadas para o momento e as condições brasileiras.

1. Do fim do milênio.

As recentes notícias sobre a possibilidade concreta, e a curto prazo, de clonagem de seres humanos lembra-nos, de maneira dramática, que o

* (Aula inaugural. IFCS. 19/03/97)

final do segundo milênio e o início do terceiro terão importância muito maior do que a que se justifica pelo simbolismo da data. Nesse sentido, a ausência de movimentos milenaristas nesse fim de século não corresponde à importância real das mudanças que estão ocorrendo, muito mais profundas sem dúvida do que as que se verificaram no final do século passado. Pois a possibilidade de clonagem de seres humanos, de interferência direta no processo de criação da vida dos seres racionais, aliada aos avanços já feitos na engenharia genética, é apenas um aspecto dramático de um leque mais amplo de mudanças radicais nas condições de reprodução das sociedades.

Recordemos apenas algumas dessas mudanças. A aventura espacial, embora um tanto travada pelo fim da competição da guerra-fria, adquire novo interesse com a descoberta da possibilidade de vida em marte. A hipótese de o homem desprender-se da nave terra amplia enormemente os horizontes da humanidade. Para o que nos interessa aqui mais diretamente, ressalta, sobretudo, o processo chamado de globalização que é um salto qualitativo em relação aos avanços anteriores na direção da unificação do planeta iniciados desde a Renascença. A instantaneidade das informações, possibilitada pela mídia eletrônica, aproxima os habitantes da terra de maneira nunca antes sonhada. Um pequeno mas significativo exemplo do que isso pode significar para a política foi o fato de que os guerrilheiros de Chiapas puderam, via internet, anunciar-se ao mundo antes que o próprio governo mexicano deles tomasse notícia. Conhecendo a tradição mexicana de lidar com dissidentes, pode-se afirmar que tal fato constituiu razão importante para o êxito, ou pelo menos para a sobrevivência, do movimento. As televisões a cabo, por seu lado, colocam o mundo dentro da casa de cada um e servem de poderoso instrumento de homogeneização cultural e, por conseguinte, de solapamento de culturas nacionais mais frágeis.

E o que é ainda mais importante, a globalização do capital, agora tendo diante de si o campo aberto pelo fim dos experimentos socialistas, tem gerado consequências econômicas e políticas cujo alcance ainda estamos longe de perceber. Já se vislumbra, no entanto, a criação de novos focos de poder mundial, localizados nos bancos centrais de alguns países hegemônicos e nos comandos dos grandes conglomerados internacionais. São óbvios os constrangimentos que esse processo gera para a liberdade de ação dos governos de países pequenos e de países periféricos no que se refere, sobretudo, à capacidade de formular autonomamente políticas macroeconômicas. Como já observou José Luís Fiori, tais constrangimentos, sobretudo a necessidade de se adequar às exigências para o acesso a mercados externos de produtos e de capital, podem ter consequências negativas para o próprio processo de consolidação democrática.

Como ponto crucial do processo de globalização, está à vista o desafio a essa forma de organização política, aperfeiçoada no século XIX, a que chamamos estados-nacionais. Os estados-nacionais se enfraquecem seja pela unificação econômica e política, como se dá na Comunidade Européia, seja pelo fim dos impérios, como o soviético, seja pela explosão interna de casamentos forçados entre estados e nações, como se dá nos balcãs e, em menor medida, em países como a Espanha, onde nações se rebelam contra os estados que as oprimem. A redução do peso dos estados-nacionais reflete-se diretamente no destino do nacionalismo, presença tão forte na cultura política brasileira desde a década de 30. A esse respeito, tive imensa surpresa há poucos anos na Holanda quando me disseram que o título do livro de João Ubaldo Ribeiro, *Viva o povo brasileiro*, teve de ser modificado na edição local porque sugeria conotações nazistas. Tal é a ojeriza a exaltações nacionais prevalente desde a Segunda Guerra em alguns países europeus.

Além do estado-nacional, a globalização coloca ainda em questão o próprio conteúdo dos direitos tradicionais das democracias ocidentais. Alguns direitos sociais básicos, como o direito ao emprego, se vêem desafiados pelo desemprego estrutural causado pela necessidade das empresas de cortar custos para competir num mercado globalizado. Em muitos países europeus, o emprego começa a parecer mais um privilégio do que um direito. A crise fiscal dos estados também está exigindo reformulações em outros campos da política de bem-estar, como as aposentadorias e pensões. Os direitos políticos, por sua vez, sobretudo o direito ao voto, se vêem ameaçados de perder substância na medida mesma em que a limitação ao poder do estado reduz a relevância do poder do governo e dos mecanismos de representação. Na Europa, a criação de uma burocracia internacional, sediada em Bruxelas, afasta cada vez mais a possibilidade de o cidadão comum poder influenciar as decisões dessa burocracia. Como observou Habermas, nesse contexto a política se transforma cada vez mais em administração e o status de cidadão se vê ameaçado. À medida em que aumenta a integração européia, reduz-se também o reconhecimento de direitos civis para imigrantes e minorias étnicas em geral.

Em conseqüência de tudo isso, se não se anunciam catástrofes nesse fim de milênio, se não há temores apocalípticos de fim de mundo, de desabamento dos céus, de desencadeamento de pragas e pestes, há, no entanto, um misto de excitação e de angústia. Excitação pelas imensas perspectivas que se abrem à humanidade, angústia diante da grandeza dos males que também podem originar-se desse admirável mundo novo que bate à nossa porta.

2. Da escrita e do ensino da história.

Esse breve levantamento das transformações em curso tem por finalidade abrir caminho para discutir o tema central desta aula, a saber, qual é e qual deve ser hoje a natureza e o sentido do trabalho do historiador; como se deve escrever e ensinar a história; mais especificamente, como se deve escrever e ensinar a história do Brasil? Ou, colocando-se a pergunta de maneira ainda mais radical, deve-se escrever a história do Brasil ou deve-se escrever história no Brasil?

Começo dizendo que não há originalidade na colocação das perguntas feitas acima. No momento, tenho dois convites para seminários internacionais, a que infelizmente não poderei comparecer, que tratam exatamente do tema. O primeiro na Universidade da Califórnia, com o título de “Reinventando o estudo da história latino-americana no período pós-Guerra-Fria”. O segundo na Universidade Autônoma de Puebla, no México, intitulado “Identidade e imaginário nacional: re-escritura e ensino da história nos países latino-americanos”. Nas sessões de trabalho desses seminários colocam-se todas as perguntas feitas acima. Talvez nós no Brasil é que estejamos, como sempre, um pouco atrasados na discussão do problema.

Não é preciso lembrar aqui que a escrita e o ensino da história, e a própria natureza do trabalho do historiador, já foram profundamente afetados desde a década de 70, sobretudo em decorrência da crise do marxismo e do estruturalismo. As mudanças começaram a ser anunciadas desde a publicação em 1974 da obra coletiva em três volumes organizada por Jacques Le Goff e Pierre Nora e intitulada *Faire de l'Histoire*. Os títulos dos três volumes já indicavam os campos em que se verificavam as mudanças: novos problemas, novas abordagens, novos objetos. A profundidade das mudanças levou Nora posteriormente a falar de uma explosão da história, de que teria resultado sua redução a migalhas, na expressão certamente um tanto exagerada de F. Dosse.

No final da década de 70, Laurence Stone, numa síntese que ainda é útil, já apresentava uma lista impressionante de mudanças e anunciava o provável regresso à narrativa, forma de escrita da história abominada pelo estruturalismo. Segundo Stone, a nova história deixava de estudar as circunstâncias do homem para estudar os homens em circunstância; desviava-se de temas econômicos, demográficos e biológicos em favor de temas culturais e psicológicos; abandonava a companhia da economia, da geografia e da sociologia em busca da antropologia e da psicologia; afastava-se do estudo do grupo em favor do indivíduo; deixava a explicação monocausal estratificada pela multicausalidade não estratificada; passava do analítico para o descritivo, do científico para o literário. Finalmente, o historiador

abandonava a visão determinista da história pelo indeterminismo. Não é necessário concordar com todos esses pontos e na época a posição de Stone foi criticada, inclusive por Hobsbawm. Mas não há negar que nas duas décadas seguintes as mudanças só fizeram acentuar-se. O campo do historiador ampliou-se enormemente, assim como suas fontes e abordagens; a ênfase no objeto do conhecimento histórico perdeu terreno para a preocupação com o sujeito conhecedor e com os instrumentos do conhecimento, sobretudo a linguagem. As posições se radicalizaram ao ponto de se negar a validade da noção de verdade histórica, sustentáculo da atividade do historiador desde Ranke. As fronteiras entre a narrativa histórica e a narrativa ficcional começaram a diluir-se. Nos anos 90, os seguidores da história experimental, em flagrante contraste com o respeito quase supersticioso dedicado ao documento, pregam a violência ao objeto histórico e a total soberania do conhecedor, além de reviverem as teses de Nietzsche sobre a inconveniência dos estudos históricos para a vida, subvertendo aí a velha visão ciceroniana da história como mestra da vida.

Diante das mudanças, ainda acanhadas, que detectava, Laurence Stone já se perguntava: “... como vamos formar nossos estudantes de pós-graduação no futuro, supondo que haverá estudantes para serem formados? Na antiga arte da retórica? Na crítica de textos? Na semiótica? Na antropologia simbólica? Na psicologia? Ou nas técnicas de análise das estruturas sócio-econômicas que vimos praticando há uma geração?” (L. Stone, “The Revival of Narrative”, *Past & Present*, no. 85, p. 23).

Tais preocupações formuladas há mais de quinze anos só fizeram agravar-se com o aprofundamento das mudanças no campo da historiografia e com as transformações culturais, políticas, sociais e econômicas (inverte de propósito a hierarquia tradicional sem querer com isso criar nova hierarquia) que resumi acima. De modo especial, o desafio à centralidade dos estados-nacionais pode trazer sérias conseqüências para a historiografia. Não trago novidade ao lembrar o fato histórico amplamente reconhecido da enorme importância dos estados-nacionais para a escrita da história no século XIX. Houve coincidência entre a consolidação da disciplina histórica e a consolidação desse tipo de organização política. Uma coincidência muito mais que cronológica pois, como lembra Hayden White, foi o estado-nacional, erigido em centro ordenador da vida nacional, que forneceu enredo à narrativa histórica, distinguindo-a, por exemplo, dos anais medievais, cujo único fio condutor era a cronologia. Na visão hegeliana, a vinculação ia ainda mais longe, pois o Estado não apenas enredava a história como constituía seu fim, a realização da idéia divina na terra.

Boa parte da historiografia do século XIX, sobretudo a historiografia romântica, era constituída de histórias nacionais, a serviço da consoli-

dação de memórias e de identidades nacionais. Mais ainda, como alguns países dominavam a cena internacional, a história nacional desses países acabava impondo-se como modelo para os outros. Foi calculado que 95% da produção acadêmica entre 1850 e 1914, incluindo a produção historiográfica, vieram de apenas cinco países, a Alemanha, a França, a Grã-Bretanha, a Itália e os Estados Unidos. Não é preciso dizer também que a maior parte dessa produção tinha como objeto os próprios países onde era produzida.

Como ficam, nesse caso, a escrita e o ensino da história se o estado-nacional perde a centralidade que o caracterizava, se o nacionalismo chega a ser visto como um perigo para a liberdade, se as identidades nacionais se redefinem continuamente, se novas identidades coletivas — étnicas, religiosas, ou culturais — competem por aceitação; se, enfim, a valorização cada vez maior do indivíduo corrói a própria idéia do homem público?

Antes de tentar responder, é preciso traduzir para as circunstâncias brasileiras todos esses questionamentos. O fato de estarmos, de fato, cada vez mais presos a determinações externas não nos dispensa de perguntar pelas especificidades de nossa inserção no novo mundo. Dirá algum mal-doso que assim volto a fazer história nacional, dando com isso resposta antecipada a algumas das perguntas e negando, pelo menos neste campo, o impacto da globalização sobre o escrever histórico. Talvez haja alguma antecipação, mas é óbvio que até agora a perspectiva nacional tem dominado nossa historiografia e é dessa verificação que se deve partir.

3. De von Martius e do Brasil.

Como nas outras duas partes, aqui também a escassez de tempo me obriga a ser breve e sumário. Tratarei brevemente de algumas respostas já dadas à pergunta de como se deve escrever a história do Brasil e de qual deva ser o papel do historiador e da visão pessoal que tenho da questão neste final de século.

Começo pelo conhecido texto de von Martius intitulado “Como se deve escrever a história do Brasil”, escrito em 1843 e publicado pela primeira vez na revista do Instituto Histórico e Geográfico em 1845, portanto há mais de 150 anos. Pode-se argüir, de imediato, que se trata de texto de um estrangeiro e que não representa a visão brasileira. Contra esse argumento pode-se aduzir, em primeiro lugar, que a resposta foi estrangeira mas a pergunta foi brasileira. Como se sabe, von Martius escreveu sua memória para atender a um concurso sobre o tema promovido pelo Instituto. Em segundo lugar, a aceitação entusiástica da tese pelo Instituto e sua reconhecida influência sobre importantes historiadores, como Varnhagen e João Ri-

beiro, indica que seu conteúdo correspondia à aspiração de parte importante da elite política e intelectual da época. Em terceiro lugar, estudos feitos sobre o Instituto Histórico e Geográfico, salientando-se entre eles o que foi feito por um dos professores desta casa, Manuel Salgado Guimarães, mostram que a formulação da questão naquele momento indicava a natureza das preocupações de seus membros, que ia exatamente na direção de colocar a história, assim como a geografia, a serviço da construção do Estado-nacional brasileiro, exatamente como acontecia em outros países. Dai que o texto de von Martius, embora escrito por um estrangeiro, pode ser considerado representativo da visão brasileira da época, pelo menos na questão central de que aqui me ocupo. O texto pode não ser representativo em pontos específicos como a visão sobre a integração das raças, mas sem danos a meu argumento.

De fato, o início do Segundo Reinado foi um momento crucial para a consolidação do Estado imperial. O país acabara de sair das revoltas regenciais, algumas das quais ameaçaram sua integridade física. A revolta Farrroupilha, aliás, ainda continuava. A maioria do Imperador fora antecipada como possível instrumento de redução das ameaças à ordem e à unidade nacional. No entanto, as revoltas liberais de 1842, em São Paulo, Minas e parte do Rio de Janeiro, mostravam que não havia ainda consenso entre a elite sobre o formato político a ser dado ao Império. Não havia, sobretudo, consenso sobre que tipo de engenharia institucional poderia melhor garantir a resolução de conflitos entre grupos antagônicos da elite. Como em 1822, a elite escolhia a monarquia mas o sistema teria de provar sua eficácia na prática.

Havia, então, a necessidade de vender a monarquia como instrumento de manutenção da ordem e da unidade, e vendê-la sobretudo para setores da própria elite, além de grupos dissidentes. Havia a necessidade de vender a própria idéia de uma determinada ordem política e social e o objetivo da unidade nacional. A construção do Estado exigia, como condição mínima, que se estabelecesse algum consenso sobre esses pontos básicos. O trabalho do Instituto, do qual participavam alguns dos principais representantes da elite, sem falar da posição do Imperador como seu protetor oficial, dirigia-se precisamente na direção de criar esse consenso, de criar uma idéia de Brasil que atendesse aos requisitos da construção da ordem.

O texto de von Martius ajustava-se como uma luva à tarefa a que se propunham os membros do Instituto, talvez mesmo porque viesse de um alemão cujo país ainda estava às voltas com o processo de unificação, um país que, não por acaso, seria o principal berço do romantismo e da exaltação da idéia de nação. O que propunha von Martius? Detecta-se, de início, no primeiro capítulo, restos de universalismo iluminista quando o autor pro-

põe uma historiografia filosófica. Tal historiografia seria informada por um viés humanista, ou filantrópico, ao qual repugnaria, por exemplo, o tratamento desigual das raças humanas. Não por acaso, esse ponto foi o que exigiu de von Martius maior esforço de convencimento. Mas, na conclusão do texto, o universalismo cede lugar à postura nacional-patriótica. Cito: “Por fim, devo ainda ajuntar uma observação sobre a posição do historiador do Brasil para com a sua pátria. A história é uma mestra, não somente do futuro, como também do presente. Ela pode difundir entre os contemporâneos sentimentos e pensamentos do mais nobre patriotismo. Uma obra histórica sobre o Brasil deve, segundo a minha opinião, ter igualmente a tendência de despertar e reanimar em seus leitores brasileiros amor da pátria, coragem, constância, indústria, fidelidade, prudência, em uma palavra, todas as virtudes cívicas”. Como curiosidade, note-se ainda que o historiador patriótico, segundo von Martius, deveria escrever no que Hayden White chamaria de modo épico e em estilo popular que apelasse ao mesmo tempo à inteligência e ao coração.

Estava aí a proposta clara de uma historiografia que atendia aos desejos de pessoas identificadas com a tarefa de construir o estado-nacional e que se destinava ao reforço desse mesmo Estado. Partes importantes dessa construção, incluídas no texto de Martius, são a conservação da ordem e da unidade nacional, a centralização política, a preservação da monarquia e das raízes lusas. Como contribuição específica de von Martius naquele momento, mas antecipada na época da Independência por José Bonifácio, vinha a ênfase na cooperação entre as raças.

No começo do século, em 1910, José Oiticica, pensador anarquista, retomou o título da obra de von Martius e pretendeu fazer-lhe uma crítica radical em uma série de três artigos publicados na *Revista Americana*. No entanto, fora o aparato cientificista próprio da época, que levava o autor a exigir a imparcialidade do historiador, e fora a absorção da contribuição de novas disciplinas como a antropogeografia e a psicologia, Oiticica, contradizendo seus próprios princípios, termina adotando a mesma postura de historiador patriota. Segundo ele, o historiador brasileiro deveria buscar o desenvolvimento nacional e a hegemonia do país em relação às outras nações do continente. Mais ainda, ele exige que o historiador seja capaz de formular um plano de administração sistematizado e uniforme, isto é, que seja um planejador social. Von Martius não ousou chegar tão longe. Por fim, para escrever uma boa história, o historiador teria que ter fé na ciência e no futuro de sua raça. Temos aí um anarquista com visão formalmente positivista da história e com uma postura romântica diante da tarefa do historiador. Um samba de crioulo doido, típico de intelectual brasileiro da época. Curiosamente, como von Martius, Oiticica exige também do histo-

riador que domine a arte de expor, que seja ao mesmo tempo um escritor, exigência que, em parte, serve para redimi-lo de seu positivismo.

Dois anos depois, Sílvio Romero achou-se também na obrigação de criticar von Martius na reedição da *História da Literatura Brasileira*. Bem a seu estilo, Sílvio Romero, depois de ter elogiado Von Martius na primeira edição da obra, em 1888, agora desanca o germânico dizendo que seu trabalho não tem originalidade nem consistência, além de ser incorreto em vários pontos. Não é o caso de entrar aqui nessas divergências, bastando anotar que, em alguns tópicos, como no problema do mestiçamento, a visão positiva de von Martius estava muito à frente da visão pessimista de Sílvio Romero. Para Sílvio, a visão genial nesse assunto era a do racista Gobineau.

No ponto que nos interessa, no entanto, a concepção do papel da história, Sílvio, como Oiticica, não discrepa de von Martius. O alemão é criticado exatamente por propor um método que salienta diferenças temporais e geográficas e que, por isso, impede o historiador de captar a unidade histórica da alma nacional. Captar essa alma, captar o gênio do povo que preside à evolução natural das nações, constitui a essência do trabalho do historiador. Se há diferença em relação a von Martius, e talvez não seja diferença irrelevante, é que a preocupação do historiador se desloca do substantivo Estado para o adjetivo nacional. Sílvio, nesse caso, seria maior devedor ao romantismo, o que não destoaria de suas simpatias alemãs. Nenhum dos dois, no entanto, escapa do binômio estado-nação.

Seria inviável, pela complexidade da tarefa e pela exiguidade do tempo, estender a análise até os dias de hoje. Não seria, contudo, difícil mostrar a persistência da dominância da temática da formação do Estado e da identidade nacional em boa parte da historiografia recente, certamente da que produzi, para não se dizer que estou criticando os outros. Por outro lado, é também verdade que nos últimos anos nossos historiadores têm absorvido vorazmente, como sempre fizeram, as novidades internacionais, sobretudo francesas, na área da historiografia. Hoje os von Martius não precisam vir ao Brasil e dizer-nos como deve ser escrita nossa história. Nós vamos atrás deles e escrevemos a nossa história como eles escrevem as deles. A pergunta a ser feita é se se justifica, diante das mudanças da globalização e da historiografia, em parte mas não totalmente coincidentes, que a historiografia brasileira caminhe a reboque do que se faz lá fora.

Vamos por partes. A crise dos estados-nacionais e do nacionalismo justifica descentrar a historiografia e abandonar as temáticas da construção do Estado e da formação de identidades nacionais? A resposta, para dizer logo, é certamente não. Algumas razões podem ser aduzidas para essa resposta. Em primeiro lugar, a crise dos estados nacionais é fenômeno pró-

prio, sobretudo, da Europa Ocidental. Na Europa do Leste, pelo contrário, a explosão do império soviético levou a um intenso e dramático processo de reconstituição de estados nacionais, de que não escapa a própria Rússia. Em segundo lugar, mesmo na Europa Ocidental, a redução do peso político dos estados nacionais não se traduz necessariamente em crise das identidades nacionais. Pode-se mesmo argumentar que o enfraquecimento dos estados leve, em alguns casos, ao fortalecimento de identidades coletivas sub-nacionais, como nos casos da Espanha e da Itália. Nações antes sufocadas sob estados multinacionais encontram espaço para se expandir e fortalecer sua identidade coletiva, sobretudo nos aspectos étnicos e culturais. Em terceiro lugar, em países periféricos como o Brasil, se se fazem sentir com força os constrangimentos internacionais, está longe do óbvio que isto deva significar o esvaziamento do papel do Estado. Certamente significará a mudança no conteúdo da ação do Estado, mas não sua renúncia. Pelo contrário, as próprias ameaças contidas na globalização constituem imenso desafio à capacidade do Estado de navegar nas novas águas sem levar a nação ao naufrágio.

O que acabo de dizer não deve, no entanto, ser interpretado como rejeição total da necessidade de mudanças na política e, conseqüentemente, na historiografia. Para declarar logo, de maneira simplificada, qual é minha posição, diria que a preocupação inicial com a construção do Estado, típica, no Brasil, do século XIX, logo seguida da preocupação com a formação da nação, típica da primeira metade do século XX, chegou, neste final de século, a hora de colocarmos no centro da preocupação a constituição da sociedade. No primeiro momento tratou-se de um esforço feito de cima para baixo por uma elite reduzida; no segundo houve já houve um esforço de incorporação popular, mas ainda marcado pelo paternalismo em que os lados emotivo e simbólico da participação superavam a participação efetiva. Trata-se agora de passar a um momento autenticamente democrático de generalização da cidadania sob todas as suas múltiplas dimensões, as tradicionais e algumas que emergem com a globalização. Não é preciso dizer que a constituição da sociedade significa, ao mesmo tempo, uma redefinição radical do Estado e das bases do nacionalismo. O novo Estado será seguramente muito mais permeado e controlado pela ação coletiva de cidadãos organizados ou pela simples manifestação da opinião pública, imensamente facilitada pelos meios eletrônicos de comunicação de massa, como bem o ilustra o exemplo citado do uso da internet pelos rebeldes de Chiapas. O estatal será cada vez mais público, sob pena de perder legitimidade. No que se refere à nação, se restar para ela algum sentido político será o oposto do que foi no início, sobretudo após a Revolução Francesa, quando a nação, isto é, a identidade nacional, serviu de berço e

alimento para a cidadania política. Hoje a relação entre cidadania e nação terá que ser invertida, no sentido que já foi, aliás, apontado por Renan de que a nação é um plebiscito diário, isto é, depende da adesão renovada e constante de cidadãos participantes. Usos e abusos da nação como instrumento de manipulação dos cidadãos, se não de violação de suas liberdades, estarão cada vez mais distantes dos novos valores.

As bases do orgulho nacionalista terão que se deslocar da mera posse e controle de recursos materiais, frutos da tradicional valorização da natureza combinada com a competição internacional tributária da primeira e segunda revoluções industriais, para a qualidade de vida dos cidadãos que compartilham o espaço nacional. A garantia das liberdades civis, o acesso à educação, a proteção à saúde, a garantia de emprego, a capacitação tecnológica, serão mais importantes para a sustentação da solidariedade nacional do que o monopólio estatal, ou mesmo a propriedade estatal, de empresas controladoras de recursos naturais ou prestadoras de serviços públicos.

Não será difícil indicar que várias características da nova historiografia apontadas acima são compatíveis com os valores que acabo de explicitar. A razão, obviamente, é que em parte aquelas características devem sua origem aos mesmos fenômenos responsáveis pela emergência dos valores. Assim é que o deslizamento da ênfase do historiador das circunstâncias do homem para o homem em circunstância corresponde à ênfase na cidadania que reivindiquei. Colocar o homem ou, melhor dito, o ser humano, para ser politicamente correto, no centro das preocupações significa recuperar sua condição de fazedor de história, de agente de seu próprio destino. Significa libertá-lo da imagem de fantoche de forças externas a ele, em geral fetichizadas, como a própria imagem do Estado e do capital. A nova ênfase não significa, obviamente, ignorar as circunstâncias. Ela significa que as próprias circunstâncias adquirem sentido mediadas pela representação que delas fazem os agentes sociais.

A conseqüência lógica da ênfase no humano é a alteração e a multiplicação dos temas do historiador. A ênfase nas forças externas, originada no século XIX, concentrava-se em alguns fatores considerados determinantes da ação humana, como a biologia, o clima, a geografia, o capital. A ênfase no ser humano abre enorme leque de alternativas. Nada do que é humano será agora alheio ao historiador. Daí a multiplicação de estudos sobre a cultura, os sentimentos, as idéias, as mentalidades, o imaginário, o cotidiano. E também sobre instituições e fenômenos sociais antes considerados de pequena importância, se não irrelevantes, como o casamento, a família, organizações políticas e profissionais, igrejas, etnias, a doença, a velhice, a infância, a educação, as festas e rituais, os movimentos populares.

Como seria de esperar, a multiplicação dos temas não pode deixar de exercer pressão sobre a abordagem e a metodologia dos estudos históricos. Temas tão variados exigem flexibilidade e criatividade na descoberta de novas fontes e na maneira de tratar velhas fontes. Nesse contexto, é também natural que haja aproximação da nova historiografia com algumas ciências sociais como a antropologia, ou com a psicologia e a crítica literária. Tal aproximação não deveria ser vista como ameaça à identidade profissional do historiador. Afinal, na historiografia que predominou antes das mudanças havia também aproximação com outras ciências sociais como a economia e a sociologia, quando não com a biologia e a geografia.

O que, sim, acabaria não apenas com a identidade mas com a própria profissão do historiador, são as teorias que reduzem a zero as diferenças entre narrativa histórica e a narrativa ficcional, ou que pregam a violência, o estupro, do objeto histórico e a entronização do sujeito conhecedor. Ai tudo se torna interpretação e o esforço intelectual acaba se resumindo a uma teoria geral do signifiante. Até ai não precisamos ir, até ai não vou eu. O descentramento da historiografia causado pela crise do estado-nação e pela crise das grandes teorias de explicação da história não precisa levar a tal radicalismo que me parece mais sintoma de *malaise* social do que de enriquecimento intelectual. O historiador ainda mantém, como seu território próprio, a preocupação com a temporalidade e a indispensabilidade do documento. Os tipos de documentos podem expandir-se indefinidamente e a maneira como são usados variar de acordo com a abordagem adotada, mas ele não poderá ser reduzido à mera subjetividade do historiador. Uma coisa é quebrar a soberania do documento, é quebrar a visão dele como sendo independente do olhar do historiador, é introduzir a idéia de que há um esforço de construção do objeto histórico. Outra é destruir qualquer caráter externo do documento, é implantar a soberania total do historiador. Ai, sim, estaríamos em pleno domínio da ficção com a qual até admito o namoro, mas não o casamento.

Quando digo namoro entre história e literatura falo de algo que vem de longa data. O segredo do enorme êxito de uma obra como a *História do Declínio e Queda do Império Romano* de Edward Gibbon, escrita no século XVIII, é consensualmente atribuído a sua imaginação histórica. Mommsen, o maior e mais erudito historiador de Roma, disse de Gibbon que ele tinha lido mais do que um historiador deveria ler, querendo dizer com isso que ele supria freqüentemente a ausência de dados com a imaginação histórica. Mas é sintomático que Mommsen não ousou escrever o último livro de sua *História de Roma*, talvez, segundo hipótese de G.W. Bowersock, por receio de enfrentar Gibbon, que escrevera cem anos antes. Gibbon, sem dúvida, distinguia história de ficção. Falava mesmo de uma diferença eterna

entre as duas e dava como exemplo da primeira a Anábase, da segunda a Ciropédia. Mas escrevia história como se fosse ficção. É a esse tipo de namoro que me refiro.

Mencionei a palavra *malaise* em relação às posturas teóricas que destroem a própria razão de ser da historiografia. A expressão pode ser entendida ao fenômeno mais geral descrito como explosão da história ou sua fragmentação em migalhas. A razão de ter usado essa palavra vem da possibilidade de que tal postura e tal fenômeno sejam, afinal, derivados de uma sensação muito mais profunda de vivência de uma crise civilizatória, de uma visão extremamente pessimista das transformações em curso. Tratar-se-ia, no fundo, não apenas de uma perda de crença numa visão evolucionista e determinada da história, mas de uma descrença em qualquer possibilidade de dar sentido à história. O papel do historiador, como historiador, não passaria de um duelo de subjetividades que se esgotaria em si mesmo. E o papel do historiador como cidadão se esvaziaria de sentido.

Não se pode negar a legitimidade de tal postura e ela poderá sem dúvida ser explicada dentro das características do mundo intelectual europeu. Mas, também sem dúvida, não é essa a visão que desejo passar para estudantes de história e humanidades. A prudência e minha própria convicção o impedem. Já ficou claro acima qual é o valor que me parece adequado para os novos tempos, capaz de substituir o estado-nação como referência da historiografia, como centro capaz de dar sentido ao caos e anarquia vigentes no campo historiográfico. O norte que pode permitir novo enredo à narrativa historiográfica é a construção da sociedade, a constituição da cidadania, incluídas nesse conceito tanto os direitos clássicos como seus acréscimos e redefinições atuais.

A constituição da cidadania não dispensa o Estado e, portanto, não prega sua dissolução em nome das forças da globalização. Mas ela exige um novo Estado que terá por tarefa básica garantir os direitos, que será um instrumento da realização humana e não um fim em si, nem o fim da história como queria Hegel. O fortalecimento das redes de relações sociais, de identidades coletivas intermediárias, daquilo que Habermas chama de esfera pública, é o que garantirá a construção do novo Estado, é o que garantirá sua legitimação.

Conclusão.

Em resumo, descartamos a proposta de von Martius de uma historiografia a serviço da construção do estado-nacional. Mas, de algum modo, recuperamos seu conceito iluminista de história filosófica, isto é, de uma história informada por valores humanistas. No momento em que escreveu,

uma história filosófica significava admitir a igualdade das raças humanas. Hoje, significa levar adiante o combate contra antigos e novos fatores de desigualdade e discriminação, inclusive aqueles derivados do processo de globalização.

Se esses valores podem fornecer conteúdo à escrita da história, pode-se perguntar, por fim, qual forma deverá ela assumir. Já que falei em namoro entre história e literatura, posso, para concluir, buscar sugestões de como escrever a história nas “Seis propostas para o próximo milênio” de Italo Calvino. As seis propostas são cinco, pois Calvino não chegou a escrever a última. São elas: leveza, rapidez, exatidão, visibilidade, multiplicidade. Adoto-as mas as interpreto à minha maneira.

A escrita da história deverá ter a *leveza* de um estilo despojado e de uma imaginação criativa, Deverá ter a *rapidez e agilidade* que lhe permita escapar de armadilhas metodológicas e ideológicas. Deverá buscar a *exatidão* da linguagem e dos conceitos e evitar vender como profundidade o que não passa de incapacidade de formular idéias claras. Deverá deixar *visível* sua orientação humanista, fugindo às fortes tentações da ironia, do ceticismo e do pessimismo. Finalmente, a escrita terá como característica a *multiplicidade* tanto na busca de fontes, abordagens e temas, como na aceitação democrática da diversidade característica do predicamento humano.